



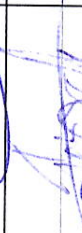



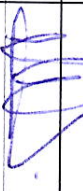
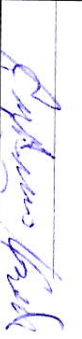




REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

ENTIDADE	CARGO	CONSELHEIRO	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE		DATA: 29/01/2020
ACIBALC	titular	Paulo Juneck	paulojuneck@gmail.com	47	997575005	
ACIBALC	suplente	Benvidio Oliveira	admbarcopirata@yahoo.com.br	47	997014226	
AOCEANO	titular	João Thadeu de Menezes	jthadeu@gmail.com	47	991880808	
AOCEANO	suplente	Fernando Diehl	fdiehl@terra.com.br	47	988054691	
ASSOCIAÇÃO DA PRAIA DO PINHO	titular	Anilton da Silva Bittencourt Filho	niltinho.bittencourt@hotmail.com	47	996638888	
ASSOCIAÇÃO DA PRAIA DO PINHO	suplente	Djan Dinis de Souza	djandinisdesouza@yahoo.com.br	47	999793700	
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ESTALEIRO	titular	Renato Finhana de Andrade				
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ESTALEIRO	suplente	Sueli Kretzer	sueli13bc@hotmail.com	47	999196764	
ASSOCIAÇÃO ESTALEIRINHO	titular	Felipe Manoel Rosa	segredosdoceano@hotmail.com	47	996061562	
ASSOCIAÇÃO ESTALEIRINHO	suplente	Carlos Eduardo Ferreira	carloseduardoferreira.adv@gmail.com	47	999686898	
ASSOCIAÇÃO TAQUARAS	titular	Marcelo Peixoto	contato@quintaldonar.com.br	47	988030730	
ASSOCIAÇÃO TAQUARAS	suplente	Jair Euforzino	0	47	991644933	
AVANTIS	titular	Debora Cristine Baumgarten	debora.baumgarten@avantis.edu.br			
AVANTIS	suplente	Luciana Moser	luciana.moser@avantis.edu.br			
BOMBEIROS MILITARES	titular	Rodrigo Shandong	13_1cmt@cbm.sc.gov.br	47	992509050	
BOMBEIROS MILITARES	suplente	Jorge Luiz de Souza Batista				
CEPSUL - ICMBIO	titular	Jayme Machado Cabral	jaimc.cabral@icmbio.gov.br	47	999789904	
CEPSUL - ICMBIO	suplente	Antonio Alberto da Silveira Menezes	antonio.menezes@icmbio.gov.br	47	99895446	
COLÔNIA DE PESCADORES Z-7	titular	Valdeir Manoel da Silva	coloniadepescadores-z7@hotmail.com	47	996803723	
COLÔNIA DE PESCADORES Z-7	suplente	Pedro Francisco Rodrigues	0	0	0	
COMITÊ DA BACIA DO RIO CAMBORIÚ	titular	Enio Faqueti	eniofaqueti@gmail.com	47	991311750	
COMITÊ DA BACIA DO RIO CAMBORIÚ	suplente	Antonio Carlos Mesquita Leite	anschau@epagri.sc.gov.br	47	33986230	
CRECI	titular	Pedro Paulo da Silveira Severo	pedroimoveisbcb@gmail.com	47	991967759	
CRECI	suplente	José Mauricio Girolamo	mauriciovendas@terra.com.br	47	984040777	

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

ENTIDADE	CARGO	CONSELHEIRO	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	DATA: 29/01/2020
EMASA	titular	Thiago Brondani	thiago.b@emasa.com.br	47 999345551	
EMASA	suplente	Mayara Miotto			
UNDAÇÃO CULTURAL	titular	Lilian Martins	lilianmartins@culturabc.com.br	47 991934030	
UNDAÇÃO CULTURAL	suplente	Ingrid de Castro Rosa	0	0	
ICCO	titular	Marcia Regina Gonçalves Achutti	m.achutti@terra.com.br	47 999706665	
ICCO	suplente	João Santo Gervasio	iccoadministracao@terra.com.br	0	
IDEIA	titular	Fausto Alvarez	0	0	
IDEIA	suplente	Alexandre da Silva de Medeiros	alexandremedeirosbicolor40@gmail.com	47 991674514	
IMA	titular	Vinicius Ferretti	viniciusferretti@ima.sc.gov.br	47 999788407	
IMA	suplente	Daniel Fossa da Paz	0	47 996164764	
OAB	titular	Mario Clivati Neto	marioclivati@hotmail.com	47 999957282	
OAB	suplente	Ana Clara Souza Carr Pinheiro	anaclaracarrr@gmail.com	47 999120551	
CIA MILITAR AMBIENTAL	titular	Eduardo Cáceres Miotto	pmabalneariocmt@pm.sc.gov.br	47 33985975	
CIA MILITAR AMBIENTAL	suplente	Jurema Klanoviz	pmabalneariosetec@pm.sc.gov.br	47 996774400	
QUILOMBOLA	titular	Sueli M. Teodoro	sueliteodoro@gmail.com	47 984824725	
QUILOMBOLA	suplente	Anderson Berluzzo	0	0	
ECRETARIA DE OBRAS	titular	Osmar de Souza Nunes	mazoca1951@gmail.com	47 999837572	
ECRETARIA DE OBRAS	suplente	Roberto Pereira de Farias	robertopereiradefaria@hotmail.com	47 996589999	
ECRETARIA DE TURISMO	titular	Lucas Weber	financeiro@bc.sc.gov.br	47 996530666	
ECRETARIA DE TURISMO	suplente	Marcelo Antonio Damião	marcelo.damiao@bc.sc.gov.br	47 996607538	
TARIA DO PLANEJAMENTO	titular	Adeltraud Zoschke Schappo	gabinete.planejamentourbano@bc.sc.gov.br	47 999836038	
TARIA DO PLANEJAMENTO	suplente	Jackson R. Vieira	0	0	
SEMAM	titular	Maria Heloisa B.C. Furtado Lenzi	heloisa.lenzi@bc.sc.gov.br	47 999773815	
SEMAM	suplente	Carin Dorow	carin.dorow@bc.sc.gov.br	47 999773389	

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

[illegible]

**ATA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA APA
COSTA BRAVA REALIZADA NO DIA 29 DE JANEIRO DE 2020.
PRESIDENTE: MARIA HELOISA B. C. FURTADO LENZI
SECRETÁRIO: ANILTON DA SILVA BITENCOURT FILHO**

LISTA DE PRESENCAS EM ANEXO.

Aos vinte e nove dias de janeiro do ano de dois mil e vinte, com primeira e única chamada realizada às dezenove horas e cinco minutos, iniciou-se no Centro Comunitário Tonho Cilo, localizado na Praia do Estaleiro, a reunião extraordinária do Grupo de Trabalho do Conselho Gestor da APA – Costa Brava. Os trabalhos foram presididos pela senhora Maria Heloisa Furtado Lenzi, secretária do Meio Ambiente do Município de Balneário Camboriú e secretariada pelo Conselheiro Anilton da Silva Bittencourt Filho e Renato Finhana de Andrade. Abertos os trabalhos, a senhora presidente informou a todos os conselheiros e integrantes da comunidade presentes os objetivos da reunião. Foi colocada em pauta a apresentação das contrapropostas pelo conselheiro do Instituto do Meio Ambiente – IMA e pela Associação dos Moradores ao Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE; a formação de um novo Grupo de Trabalho pelos Conselheiros para dar continuidade no ZEE; a votação de uma data para a apresentação dos resultados alcançados por este Grupo de Trabalho; requerimento de mais prazo à Justiça Federal; a votação de três atas das reuniões anteriores. De imediato a senhora presidente indagou aos conselheiros se haviam alterações a serem feitas nas três atas que lhes foram encaminhadas, não havendo alterações a serem feitas foram consideradas aprovadas. Salientou a senhora presidente que as atas seriam encaminhadas à Justiça Federal para requerimento de mais prazo para conclusão do plano de manejo. Na sequência da reunião a senhora presidente informou que foi protocolizado requerimento assinado por um grupo de pessoas, com base no regimento interno da APA, solicitando a presidente os seguintes esclarecimentos: quem é o responsável técnico pelo diagnóstico constante do Plano de Manejo que esta sendo discutido. Em resposta, a senhora presidente esclareceu que o responsável que o diagnóstico foi realizado pela Empresa Ecolibra e seus técnicos e foi avaliado como qualquer outro documento que é contratado para o serviço público, que por esta razão foi criado um grupo de trabalho técnico para avaliar o diagnóstico, tendo sido feitas as sugestões de alterações do diagnóstico, sendo aprovado em reunião do conselho, e apresentado à equipe da Ecolibra que esta analisando as sugestões de alterações que foram feitas; o segundo esclarecimento feito no requerimento, questionou qual o objetivo da reunião ordinária do Conselho da Cidade, prevista para o dia 06 de fevereiro do corrente ano, no que tange a apresentação da proposta de manejo da APA – Costa Brava. Em resposta, a senhora presidente esclareceu que também é membro do Conselho da Cidade, e que lhe foi solicitado que apresentasse ao Conselho o que esta sendo discutido no Plano de Manejo da APA, sendo isso que será apresentado, o resultado dos trabalhos das reuniões do Conselho Gestor da APA. Encerrado os questionamentos, na sequência, passou-se a apresentação das contrapropostas a ZEE feitas pelo IMA e pelas Associações. A senhora presidente concedeu a palavra ao

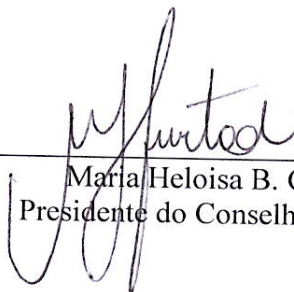
Conselheiro representante do IMA para apresentar sua proposta. Pelo conselheiro representante do IMA foi dito: que as propostas que serão apresentadas são generalistas, não sendo voltadas a um zoneamento em específico, que são regras gerais a serem aplicadas a toda unidade de conservação; com relação a preservação de vegetação em estágio médio e em estágio avançado, sugere se passar a área de preservação em estágio médio para 50% e a área de preservação em estágio avançado para 70% de área preservada; com relação aonde ficaram localizadas essas áreas de preservação dentro dos lotes, propõe que essas áreas fiquem situadas em locais que possibilitem a continuidade da área vegetada, evitando fragmentações; com relação a compensação das áreas suprimidas, sugere um direcionamento para que essas áreas compensadas fiquem dentro da APA; com relação a restrição de limites físicos em propriedades com APP, propõe que não seja permitido limites como muros ou muros cegos, permitindo a implantação de cerca ou algo do gênero, que garanta a propriedade e o trânsito da fauna; a proibição da canalização com dutos fechados nos cursos d'água e aterramento de drenante de nascente, com o objetivo de preservar os recursos hídricos da APA; com relação a declividade, com o advento da alteração legislativa que alterou a consideração de 30% para 30°, sugere que fosse alterada a lei, retornando a observância da consideração de 30%. Neste ponto, esclarece a senhora presidente que foi assinado Decreto que proíbe a análise de projetos que considerem 30 graus e não 30 por cento. Continua o conselheiro: sugere a criação de um mecanismo de pagamentos de serviços ambientais; propõe a isenção do IPTU para aqueles que mantenham áreas nativas preservadas e que não estejam ocupadas, como meio de incentivo a preservação dessas áreas; propõe para a compensação de averbação nas matrículas em áreas legalmente suprimidas, a criação de um cadastro para que as áreas compensadas fiquem dentro da área de preservação; por fim propõe um programa com o objetivo de limitar e desativar as captações individuais ou coletivas de água superficial, tendo em vista a implantação e ampliação do abastecimento público pela EMASA. Encerrada a apresentação, a senhora presidente abriu a palavra aos conselheiros para questionamento. Foi questionado por um Conselheiro se poderia ser explicado a diferença da proposta e como é hoje a questão de preservação de vegetação em estágio médio e avançado. Em resposta o Conselheiro do IMA respondeu que a proposta visa ampliar a área de preservação, hoje a lei permite que em áreas de vegetação em estágio médio, a supressão de 70 por cento e a preservação de 30 por cento de área vegetada, a proposta restringe a supressão de área vegetada para 50 por cento. Em áreas de vegetação em estágio avançado, hoje a lei permite a supressão de 50 por cento, com a observância de preservação de 50 por cento de área vegetada, a proposta restringe a supressão de área vegetada para 30 por cento e a preservação de 70 por cento de área vegetada. Houve considerações da senhora presidente sobre a proposta, não havendo mais manifestações dos Conselheiros. Sendo encerrada a apresentação do IMA. Na sequência, a senhora presidente deu a palavra a Conselheiro Arlindo, representante das Associações de Moradores para apresentação de suas propostas ao Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE. Pelo Conselheiro foi dito: que a proposta das associações segue a mesma linha da proposta apresentada pelo IMA, são diretrizes para a composição do Plano de Manejo; inicia sugerindo a adoção de itens de sustentabilidade para que o proprietário possa construir; para os loteamentos e

desmembramentos de área, sugere que se adote a legislação federal já existente; com relação aos cursos d'águas, sugere que para os rios principais que já são de conhecimento, se mantenha o regramento e se respeite os 30m de cada lado da margem da APP. Para os rios secundários, onde houver dúvidas se é ou não curso d'água, sugere que se tenha uma ferramenta dentro do conselho acompanhado de um estudo hidrogeológico, para que um técnico emita um laudo atestando se é curso d'água ou não. Se for curso d'água deverá respeitar os 30m de cada margem, se não for, não será necessário respeitar este regramento; com relação ao sistema viário, sugere de imediato a adoção de 10m a partir do eixo da rua e 4m a partir do recuo do muro. Como segundo ponto, propõe o levantamento específico para todas as ruas, para que o Plano de Manejo se adeque a realidade de cada um dos bairros, onde já existem casas consolidadas; com relação aos condomínios fechados, propõe que sejam permitidos em todas as zonas, inclusive se o condomínio se encontrar em mais de uma zona, sugere se calcular a taxa proporcional de ocupação dentro de cada uma das zonas individualmente e, ao final soma-las para obter a taxa de ocupação total do condomínio; com relação às áreas institucionais, sugere que onde se tenham áreas institucionais estas também possam ser utilizadas como áreas verdes; sugere a adoção pelo Município do habite-se parcial para aqueles que tenham, por exemplo, projeto de loteamento para a construção de cinco casas e que, ao finalizar a construção de uma casa possam obter o habite-se parcial, sem precisar aguardar a conclusão das demais construções, desde que se tenha seguido o projeto; sugere que para os condomínios de casas, onde não é necessária área institucional dentro dos condomínios, as áreas institucionais doadas fora do condomínio sejam dentro da região da APA; com relação às ruas dentro dos condomínios, sugere que se mantenha a regra dos 9m de largura, mas que se possa flexibilizar dependendo do condomínio, como por exemplo, a adoção de ruas de 5m de largura e o restante podendo ser áreas verdes; propõe a proibição de construções de galpões em todas as áreas, com exceção para mercados e equipamentos públicos; para a declividade, sugere que até 17 graus seja permitida a movimentação de terra. Entre 17 graus e 25 graus movimentação de terra para acessos e garagens, devendo todo projeto de terraplanagem ser aprovado com projeto, laudo e responsabilidade técnica; propõe que todas as fundações para construções sejam feitas de forma manual, não sendo considerado movimentação de terra; na questão da hotelaria, sugere que os hotéis possam ter um pavimento a mais do que as demais construções em suas respectivas zonas, desde que tenham mais de cem unidades; propõe incentivos de isenção de impostos municipais, além do IPTU; sugere que seja permitida a construção de pousadas somente para lotes a partir de 1.000m²; sugere um regramento para projetos especiais; sugere indenização prévia para desapropriações, limitações administrativas e restrições que inviabilizam a utilização do imóvel dentro da APA. Encerrada a apresentação das Associações, a senhora presidente teceu alguns comentários à proposta apresentada. Na sequência abriu a palavra aos Conselheiros para observação e questionamentos: não houve manifestação dos conselheiros. Dando continuidade aos trabalhos a senhora presidente informou aos conselheiros que foi encaminhado por e-mail pelo Coordenador do Laboratório de Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Professor Sérgio Torres Moraes, indicando que esteve na reunião do

dia 22 e que gostaria de colaborar com o projeto de elaboração do Plano de Manejo. Destaca que é morador do Estaleirinho, técnico e acadêmico em Urbanismo e que acha que pode colaborar com o Grupo de Trabalho através do Laboratório de Urbanismos do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, que ele coordena. A colaboração se daria por uma extensão universitária com reuniões agendadas com o Grupo de Trabalho e outros técnicos de outras Universidades como UNIVALI e Avantis para debates, esclarecimentos de dúvidas e diagnósticos para o plano, para que tenham a melhor abordagem técnica, entendimento e aceitação pela sociedade civil. A cooperação não envolve remuneração de qualquer valor. Após a leitura a senhora presidente indaga aos conselheiros se aceitariam o encaminhamento de solicitação de horas de extensão para colaboração técnica ao Laboratório de Urbanismo do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC. Aberta a palavra aos conselheiros: foi questionado em por um conselheiro em que região o professor solicitante disse que morava. A senhora presidente respondeu que ele é morador do Estaleirinho. Na sequência lembrou o senhor secretário Renato, que o Regimento Interno permite ao Conselho Gestor convidar até três técnicos a participar dos trabalhos, além dos conselheiros. Não houve mais manifestações dos conselheiros. A senhora presidente colocou em votação, sendo aprovada a colaboração. Na sequência foi colocado em deliberação os Planos e Programas, que irão efetivar tudo de importante dentro do diagnóstico. A senhora presidente informou aos conselheiros que será convocada nova reunião com o Grupo de Trabalho que se reuniu no Semam para finalizar esta parte do trabalho, com os zoneamentos aprovados; na sequência da reunião, informou aos conselheiros que com a aprovação das atas, será encaminhado pedido de mais prazo à Justiça Federal, que se encerraria dia 31, para que o Conselho Gestor possa continuar trabalhando; como próximo item, foi colocado em deliberação a publicação do Regimento Interno do Conselho Gestor via Decreto. A senhora presidente explicou que o Regimento Interno foi aprovado via Portaria, o que dificulta o acesso das pessoas, já que não há como consultá-lo nas Leis do Município. Aberta a palavra aos conselheiros: foi questionado se não havia como disponibilizar um link para acesso direto às atas. Foi respondido que existe sim a possibilidade, mas ainda assim as pessoas não conseguiriam encontrar, porque em geral vão atrás dos Decretos; por outro conselheiro foi questionado se o Decreto não tiraria a autonomia do Conselho Gestor na alteração do Regimento Interno, porque abriria ao Executivo a prerrogativa de alteração do Decreto. Foi respondido que não tiraria a autonomia do Conselho, porque qualquer mudança no regimento necessitaria da aprovação do Conselho. Não houve mais manifestação dos conselheiros. A senhora presente colocou em votação a publicação do Regimento Interno do Conselho Gestor via Decreto, sendo aprovado. Como último item da pauta, a senhora presidente indicou a formação do Novo Grupo de Trabalho regulamentado dentro do Regimento Interno, onde um grupo menor com apoio técnico poderá se reunir para deliberações e apresentações ao Grande Grupo. O objetivo do Novo Grupo de Trabalho será o de se reunir para fazer o detalhamento dos índices urbanísticos para cada zoneamento aprovado, devendo cada zoneamento ter uma tabela de índices urbanísticos e, além disso, discutir as informações apresentadas para trazer ao Grande Grupo fazer a aprovação. Na sequência este Novo Grupo de Trabalho terá como missão fechar o

capítulo do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, para encaminhar as informações à equipe da Ecolibra e assim poder anexar ao documento final que é o Plano de Manejo e que, após a aprovação se possa apresentar à Justiça Federal. Feito os esclarecimentos, foi aberta a discussão aos conselheiros: questionou o Conselheiro do IMA se a metodologia dos trabalhos seria idêntica a do outro grupo de trabalho. A senhora presidente respondeu que acredita que sim; questionada se caso houvesse divergências dentro do grupo de trabalho, seria colocado em votação. Foi respondido que esta situação pode ser definida pelo próprio grupo de trabalho; foi sugerido pelo Conselheiro da OAB que cada reunião do grupo de trabalho apresente a ata ao Conselho. Pela senhora presidente foi respondido que dos grupos de trabalhos formados se tem todas as atas das reuniões feitas, podendo se manter a metodologia de colocar as atas a disposição do Grande Grupo do Conselho; foi questionado se as reuniões seriam agendadas previamente e em que horário aconteceriam. Foi respondido que isso será determinado pelo próprio grupo de trabalho. Encerrada a discussão. A senhora presidente informou que foi colocado à disposição das pessoas querem indicar seu nome ou a associação, ou membro do Conselho que queira participar, indicando alguém a participar. Ressaltou que este grupo de trabalho tem que ser técnico, deve ser de fato alguém que entenda das análises que devem ser feitas, observando-se os impactos que os índices de cada zoneamento terão na APA. Na sequência, a senhora presidente abriu as inscrições para os membros que queiram participar ou indicar um técnico a participar do grupo de trabalho, que é formado com o máximo de nove participantes. Formam o Novo Grupo de Trabalho: O Laboratório de Urbanismo da UFSC, por colaboração aprovada pelos Conselheiros; o CRECI; a ACIBALC; o IMA; a UNIVALI; a Associação dos Moradores de Taquaras; a Associação dos Moradores do Estaleiro; a Associação dos Moradores do Estaleirinho; e a Associação dos Moradores do Pinho. Encerrada a formação do Novo Grupo de Trabalho, a senhora presidente concedeu aos membros da sociedade inscritos, a palavra para manifestações ou questionamentos, por no máximo dois minutos e meio. Fizeram uso da palavra os seguintes inscritos: ANDREONI; CLAUDIO; MARIANA; ANDREZA; ZEZE; LETÍCIA E MAURO. Após a manifestação dos membros da sociedade, retomando a palavra à senhora presidente questionou aos Conselheiros se seria possível deixar como data pré-agendada para próxima reunião o dia 19 de fevereiro de 2020, para apresentação das informações do Novo Grupo de Trabalho formado. Não houve oposição, sendo considerada aceita a data pelos conselheiros. Salienta a senhora presidente que havendo necessidade de mais prazo pelo grupo de trabalho, tal necessidade deve ser comunicada previamente para o cancelamento da reunião na data pré-agendada e o agendamento de nova data para apresentação das informações pelo Novo Grupo de Trabalho. Comunica a senhora presidente, a apresentação do de Ofício do ICMBio através da Cepsul para substituição de conselheiro, deixa as funções de Conselheiro o Senhor Felipe Farias Albanex, sendo substituído pelo Senhor Antônio Alberto da Silveira Menezes, a Portaria comunicando a substituição já se encontra publicada na data desta reunião. Por fim, a senhora presidente solicitou aos participantes do Novo Grupo de Trabalho que formalizem a indicação dos técnicos até o final de semana. Na sequência deu por encerrada a reunião.

Firmo a presente reunião redigida por mim Anilton da Silva Bittencourt, encerrada às 20 horas e 55 minutos.



Maria Heloisa B. C. Furtado Lenzi
Presidente do Conselho Gestor da APA

Renato Finhana de Andrade
1º Secretário



Anilton da Silva Bitencourt Filho
2º Secretário

